

PETROPOLITANAS

Thiago Alvarez/CM



Alerj destinou R\$ 30 milhões ao município

Alerj cria CPI para apurar recursos da tragédia

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro publicou resolução que cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os desdobramentos da assistência prestada após a tragédia de Petrópolis, ocorrida em 15 de fevereiro de 2022. A comissão também irá apurar a aplicação dos recursos financeiros repassados pela Alerj à Prefeitura após o desastre. A resolução foi promulgada pelo presidente da Alerj, Douglas Ruas. O documento foi publicado em 25 de maio de 2026. Segundo o texto, a CPI terá como objetivo investigar os “desdobramentos, prevenção, impactos e efetividade dos serviços de assistência” relacionados à tragédia que atingiu Petrópolis em 2022, considerada uma das maiores catástrofes climáticas da história do município.

R\$ 30 milhões destinados para Petrópolis

A comissão será composta por sete membros e terá prazo inicial de 90 dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado conforme prevê o Regimento Interno da Alerj. Além da assistência prestada às vítimas, a CPI deverá analisar como foram utilizados os recursos financeiros enviados pela Assembleia Legislativa à Prefeitura de Petrópolis após a tragédia. Na época, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro destinou R\$ 30 milhões ao município.

Arquivo TVC



Medida foi publicada em edição do Diário Oficial

Novo secretário de Habitação

O prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, nomeou Vitor Patuleia Velloso para assumir a Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Interesse Social do município. A nomeação foi publicada por meio da Portaria nº 1.930, datada de 19 de maio de 2026. A nomeação ocorre com base nas leis municipais nº 6.946/2012, 7.510/2017 e 9.076/2025, que tratam da estrutura administrativa da Prefeitura. A Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Interesse Social é responsável por políticas públicas voltadas à moradia, regularização de imóveis e projetos habitacionais no município.

Sem anúncio por parte da Prefeitura

O que chamou a atenção, porém, foi a ausência de anúncio oficial por parte do governo municipal sobre a chegada do novo secretário. Até o momento, a Prefeitura não divulgou nota, apresentação institucional ou informações sobre a nova gestão da pasta. A Secretaria de Habitação tem papel estratégico em Petrópolis, principalmente diante do alto número de moradias em áreas de risco.

Na Câmara

Ele já atuava no poder público. Antes de assumir a Secretaria de Habitação, Vitor Patuleia Velloso atuava na Câmara Municipal de Petrópolis. Ele foi exonerado do cargo de Chefe do Setor de Expediente e Documentação no último dia 07 de maio de 2026. Cargo que assumia desde 2021.

Agenda

O novo secretário cumpriu agenda nesta semana ao lado do vereador Dudu. Ambos estiveram na capital fluminense, visitando o Secretário de Estado de Habitação, Dr. Fábio. Eles abordaram a acessibilidade e a realização de obras em Petrópolis por parte da secretaria estadual.

Prazo

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou nesta quarta-feira (27), no Diário Oficial da União, a prorrogação do prazo para envio da documentação dos(as) interessados(as) em concorrer ao cargo de Diretor(a) do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

Edital

A medida foi oficializada por meio do Edital nº 18/2026/SEI-MCTI, publicado no Diário Oficial da União. O novo prazo para submissão das candidaturas passa a ser 30 de junho de 2026. A seleção segue as diretrizes estabelecidas no Edital nº 9/2026/SEI-MCTI, divulgado em 15 de abril de 2026, e integra o processo de busca e indicação de candidatos.

Cronograma

Com a prorrogação, o cronograma das etapas relativas ao processo de busca e indicação de candidatos(as) no âmbito dos trabalhos da Comissão de Busca passa a vigorar com as seguintes datas: entre 2 e 6 de junho, a homologação dos candidatos. Até 12 de agosto, o resultado dos selecionados nas fases N1 e N2.

Evento

Petrópolis irá sediar pelo segundo ano consecutivo, uma das etapas do ADCC Open, um dos torneios de maior importância no mundo do Grappling. O campeonato contará com 800 atletas, superando a edição anterior, e as categorias vão do juvenil ao master. Estima-se que 240 estrangeiros e 60 petropolitanos.



Documento enviado à Justiça aponta retirada unilateral

Prefeitura muda versão sobre câmeras

Por Gabriel Rattes

Após informar, em fevereiro, que a retirada das câmeras do Centro Integrado de Monitoramento e Operações de Petrópolis (Cimop) fazia parte de um processo de “modernização tecnológica”, a Prefeitura apresentou uma nova versão à Justiça sobre a interrupção do sistema. Em manifestação protocolada nesta segunda-feira (25), o município afirmou que os equipamentos foram retirados de forma “repentina e unilateral” pela empresa anteriormente contratada logo após o Carnaval de 2026.

O novo posicionamento consta na defesa apresentada pela Procuradoria-Geral do Município em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que cobra a retomada do sistema de videomonitoramento urbano. No documento, a Prefeitura sustenta que não houve omissão administrativa e argumenta que a interrupção ocorreu devido à retirada dos equipamentos pela empresa responsável.

Contradição

A justificativa difere do comunicado encaminhado pela própria administração municipal aos jornalistas no dia 23 de fevereiro. Na ocasião, a Prefeitura informou que o Cimop passava por uma “atualização e modernização tecnológica”, com substituição de câmeras antigas por equipamentos de alta tecnologia. O texto dizia ainda que o sistema externo de acesso às imagens ficaria temporariamente fora do ar durante o período de transição, mas que o monitoramento interno seguiria funcionando normalmente.

Após ser questionada sobre a divergência entre os dois posicionamentos, a Prefeitura afirmou que já possuía um processo licitatório aberto para promover a modernização completa do sistema, mas que foi surpreendida pela retirada antecipada dos equipamentos pela antiga empresa responsável.

“A administração pública foi surpreendida pela ação unilateral e

repentina da antiga prestadora de serviço, que retirou os equipamentos antes da conclusão do novo certame”, informou o município em nota.

A Prefeitura acrescentou ainda que trabalha na viabilização de um contrato emergencial para garantir a continuidade do serviço. Segundo o governo municipal, a medida temporária já deverá contar com avanços tecnológicos em relação ao modelo anterior, enquanto o processo definitivo prevê uma modernização mais ampla do sistema.

Processos

Na manifestação judicial, o município afirma que abriu dois processos administrativos para recompor o serviço. O primeiro, de caráter emergencial, é o Processo nº 4.683/2026, atualmente em fase de cotação de preços para contratação imediata. O segundo, de nº 1191/2026, prevê a contratação definitiva de um novo sistema integrado de videomonitoramento urbano.

Segundo a Prefeitura, o processo definitivo foi iniciado ainda em janeiro, antes da retirada dos equipamentos, e inclui propostas técnicas elaboradas pela Defesa Civil e pela CPTrans para monitoramento de áreas de risco geológico e mobilidade urbana.

Em ofício anexado à ação, o secretário de Serviços, Segurança e Ordem Pública, Marcelo Ramos, reiterou que a retirada das câmeras ocorreu após o Carnaval e afirmou que a administração atua simultaneamente em uma solução emergencial e em outra definitiva. O documento também aponta que a recomposição do sistema depende do cumprimento das etapas previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, como cotação de preços, análise jurídica e consolidação do termo de referência.

A Prefeitura pediu à Justiça o indeferimento da liminar solicitada pelo MPRJ, alegando que a imposição de prazos para restabelecimento do sistema poderia comprometer etapas técnicas e legais da contratação pública.